

Informe

informe@ofluminense.com.br

Otimismo com universidades

Às vésperas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que será aplicado neste domingo, dia 3, e no próximo, 10 de novembro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz que não prevê novos bloqueios de verba e que está otimista com o futuro das universidades federais do Brasil. "A situação nas universidades federais vai melhorar muito nos próximos anos", afirmou. "Para o ano que vem, o orçamento das universidades está mantido. Integralmente mantido", garantiu o ministro.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Weintraub não prevê bloqueios de verba que comprometam o ensino

2,6 milhões de reprovações

No ano passado, mais de 2,6 milhões de estudantes de escolas públicas foram reprovados em suas respectivas séries, revela uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Instituto Claro. Desse total, mais de 1,2 milhão eram pretos e pardos, número que equivale ao dobro da soma de brancos. Após análise de dados recuperados do Censo Escolar, soube-se também que 84% dos alunos reprovados estudavam na zona urbana.

Do ensino médio ao fundamental

Ao todo, 737.597 estudantes que cursavam o ensino médio nas instituições públicas foram reprovados. Nas turmas da 6ª a 9ª séries do ensino fundamental, 1.106.429 alunos foram reprovados e terão que repetir o ano. Já entre aqueles matriculados nas séries iniciais desse nível de ensino, houve 776.314 reprovações.

Argentina: Bolsonaro não vai à posse

O presidente Jair Bolsonaro disse na sexta (1º) que não vai à posse do novo presidente da Argentina, Alberto Fernández, marcada para 10 de dezembro, em Buenos Aires. Fernández venceu as eleições pela coalizão de esquerda Frente de Todos e sua vice é a senadora Cristina Kirchner, ex-presidente do país. Bolsonaro é crítico do kirchnerismo e apoiou a reeleição do presidente Mauricio Macri, derrotado nas urnas no último domingo (27).

Antonio Cruz/Agência Brasil



Presidente visitou criança que passou por transplante em Ceilândia

Sem retaliação aos governantes

"Torci pelo outro [por Macri], mas vamos em frente, da minha parte não tem qualquer retaliação. Espero que eles [Fernández e Cristina] continuem fazendo política conosco semelhante ao que o Macri fez até agora", disse Bolsonaro. Ele visitou na sexta-feira, em Ceilândia, criança que passou por transplante.

eSocial substitui registro

Os empregadores que aderiram ao eSocial, sistema eletrônico de registro de dados, usarão a ferramenta para substituir o livro de registro de empregados. A mudança consta de portaria publicada na quinta (31), no Diário Oficial da União. Quem não optar pelo registro eletrônico continuará a fazer o registro em meio físico, mas terá um ano para adequarem os livros e fichas ao eSocial.

Natal nos Correios

A campanha de solidariedade Papai Noel dos Correios terá lançamento nacional na próxima segunda-feira, 4 de novembro. No Estado do Rio, o evento será realizado na Escola Municipal Espaço de Desenvolvimento Infantil Borel, na Tijuca, e contará com a presença do cantor Neginho da Beija-Flor. No Rio de Janeiro, o período de adoção das cartinhas será de 4 a 29 de novembro. Quem adotar uma cartinha deverá entregar o presente até 6 de dezembro na mesma agência onde realizou a adoção.

Com Agência Brasil

Caso Marielle: promotora pede para ser afastada

Postagens causaram polêmica, apesar de família da vereadora defender permanência

A promotora de Justiça Eliza Bastos de Carvalho pediu afastamento do caso envolvendo a morte da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes. Carmen causou polêmica ao publicar fotos em suas redes sociais vestindo uma camisa em apoio ao presidente Jair Bolsonaro e teve sua imparcialidade questionada. Em outra imagem, ela aparece ao lado do deputado estadual Rodrigo Amorim, que quebrou a placa com o nome de Marielle no ano passado.

Nesta sexta (1º), o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) pediu ao procurador-geral de Justiça do Rio, Eduardo Gussem, o afastamento da promotora. Em representação enviada ao Ministério Público, Freixo diz que Carmen ignorou um dever funcional do cargo ao não se declarar suspeita para atuar no caso, por ter apoiado Jair Bolsonaro nas eleições.

Em nota divulgada na tarde desta sexta, o Ministério Público confirmou o afastamento de Carmem, alegando que ela teve sua imparcialidade questionada nos últimos dias. O MP ainda esclareceu que, diante da repercussão às postagens da promotora em suas redes sociais, a Corregedoria-Geral do Ministério instaurou procedimento para análise.



Fotos publicadas em redes sociais causaram mal-estar e geraram polêmica

O MPRJ, no entanto, defendeu o posicionamento da promotora, justificando que Carmen passou a atuar na ação penal "por critérios técnicos, pela sua incontestável experiência e pela eficácia comprovada de sua atuação em julgamentos no Tribunal do Júri".

"Assim como Procuradores e Promotores de Justiça, no cumprimento diário de suas funções, velam incansa-

velmente pela promoção dos Direitos Fundamentais, é compromisso da Instituição defender o Estado Democrático de Direito e a livre manifestação de pensamento, inclusive de seus membros", defendeu o Ministério Público.

Ainda de acordo com o MP, nesta sexta-feira os pais de Marielle Franco, Marinete da Silva e Antônio Francisco da Silva, e a viúva de Anderson

Gomes, Agatha Arnaus Reis, foram recebidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e "defenderam a permanência de Carmen Eliza à frente do processo penal, em andamento no Tribunal de Justiça".

"No entanto, em razão dos acontecimentos recentes, que avalia terem alcançado seu ambiente familiar e de trabalho, Carmen Eliza optou voluntariamente por não mais atuar no caso Marielle Franco e Anderson Gomes, pelas razões explicitadas em carta aberta à sociedade", dizia a nota do MP.

Carta aberta - Em carta aberta divulgada nesta sexta, a promotora diz que, em 25 anos de trabalho no Ministério Público, nunca atuou sob qualquer influência política ou ideológica. A promotora reiterou que sua decisão foi voluntária e é baseada no respeito aos pais da vítima.

"Em razão das lamentáveis tentativas de macular minha atuação séria e imparcial, em verdadeira ofensiva de inspiração subalterna e flagrantemente ideológica, cujos reflexos negativos alcançam o meu ambiente familiar e de trabalho, optei, voluntariamente, por não mais atuar no Caso Marielle e Anderson", explica. ■

Empresa grega é suspeita do vazamento de óleo, diz PF

O produto que teria sido derramado de navio atingiu 250 praias nordestinas

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta sexta (1º) a Operação Mácula, com objetivo de investigar uma embarcação grega suspeita de ter causado o derramamento de óleo que atingiu mais de 250 praias nordestinas brasileiras. A embarcação grega teria atracado em 15 de julho na Venezuela, onde ficou por três dias antes de seguir a Singapura, via África do Sul.

"O navio grego está vinculado, inicialmente, à empresa de mesma nacionalidade, porém, ainda não há dados sobre a propriedade do petróleo transportado pelo navio identificado, o que impõe a continuidade das investigações", informou a PF.

Os dois mandados de busca e apreensão expedidos pela 14ª Vara Federal Criminal de Natal (RN) estão sendo cumpridos no Rio de Janeiro, em sedes de representantes e contatos



Derramamento de óleo em alto mar atingiu praias no Nordeste Brasileiro

da empresa grega no Brasil.

As investigações começaram em setembro e contaram com a participação da Marinha, do Ministério Público Federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, da Agência Na-

cional do Petróleo, Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília e Universidade Estadual do Ceará, além de uma empresa privada do ramo de geointeligência.

Dessa forma foi possível

localizar a mancha inicial do óleo, a 700 km da costa brasileira (em águas internacionais), de extensão ainda não calculada. A partir da localização da mancha inicial, foi possível estimar que o derramamento deve ter ocorrido entre os dias 28 e 29 de julho. Fazendo uso de técnicas de geociência, foi possível chegar "ao único navio petroleiro que navegou pela área suspeita", naquela data.

A Polícia Federal solicitou diligências em outros países, a fim de obter mais dados sobre a embarcação, a tripulação e a empresa.

A PF informou, ainda, que está realizando "diversos exames periciais no material oleoso recolhido em todos os estados brasileiros atingidos, bem como exames em animais mortos, já havendo a constatação de asfixia por óleo, assim como a similaridade de origem entre as amostras". ■

Operação 404 foca em sites de filmes, séries e futebol

Segundo delegado, muitos usuários nem sabem que serviço é pirata

Estimativa apresentada pelo Laboratório de Operações Cibernéticas do Ministério da Justiça indica que até 20 milhões de lares acessam plataformas piratas para assistir, via internet, filmes, séries ou mesmo partidas de futebol.

Boa parte dessas pessoas sequer sabe que se trata de um serviço ilegal, a ponto de ligar para autoridades do setor para reclamar do serviço mal prestado por esses contraventores.

As afirmações foram feitas nesta sexta (1º) pelo coordenador do laboratório, delegado Alessandro Barreto, durante a coletiva de imprensa onde fo-

ram apresentados detalhes da Operação 404, deflagrada pela manhã com o objetivo de combater crimes praticados contra a propriedade intelectual.

Até o fechamento desta edição quatro pessoas haviam sido presas em flagrante, em meio ao cumprimento de 30 mandados de busca e apreensão feitos em 12 estados. Ao todo, os estados solicitaram a derrubada de 210 sites e 100 aplicativos de streaming que veiculavam conteúdo de forma ilegal.

Barreto enfatiza que o foco da investigação são as pessoas que veiculam esse tipo de ma-

terial, e não os consumidores. "Alguns deles (consumidores) denunciaram as empresas piratas, como se fossem legais. Até na Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] foram feitas reclamações. Se vocês olharem o Reclame Aqui, verão que tem gente dizendo que comprou o serviço e que não está tendo o retorno esperado. Isso mostra que alguns deles não tinham conhecimento do ilícito", disse o coordenador.

Estimativa é de que só com a propriedade audiovisual, haja um prejuízo de R\$ 9 bilhões por ano para o Brasil. ■

Sindisprev faz convocação

Partidos de oposição entrarão com pedido de cassação na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados e com uma notícia-crime contra Eduardo Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), que defendeu a volta da ditadura no Brasil, através do uso do Ato Institucional número 5 (AI-5), editado no período mais duro do regime militar. A declaração foi feita em entrevista à jornalista Leda Nagle, na última quinta-feira (31). O Sindisprev/RJ também condena a atitude do deputado e convoca os milhares de servidores da Previdência Social e da Saúde Federal, aos quais representa, a se mobilizarem. ■